

Luciano Cavini Martorano. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo, Anita Garibaldi e Xamã, 2002, 231 p.

Por Guilherme Cavalheiro Dias Filho

A questão de Martorano é saber qual a origem teórica do poder burocrático no socialismo. Essa é uma questão que faz parte do importante e complexo debate sobre a transição ao socialismo, debate que os marxistas precisam retomar com urgência, a despeito da situação defensiva na qual se encontram. Apresentaremos uma descrição do conteúdo do livro para, em seguida, colocarmos duas questões que a leitura nos suscitou –a primeira refere-se às relações entre eficiência econômica e gestão democrática da produção na economia socialista e a segunda questão diz respeito ao conceito de pluralismo partidário socialista, com o qual Martorano pretende contribuir para a definição do “regime político” numa sociedade socialista.

O livro de Martorano está dividido em 4 capítulos, onde define os conceitos de “relações de produção socialistas”, “Estado socialista”, “socialismo soviético” e “desestatização socialista”. Em sua conclusão, apresenta um programa de prevenção ao poder burocrático. Martorano realiza uma abordagem interna dos autores-objeto da pesquisa, confronta-os entre si, utiliza uma literatura crítica e, por vezes, faz observações históricas. A minúcia e o rigor de Martorano no tratamento de suas fontes são expostos em blocos didaticamente articulados, através de uma linguagem fluente, permitindo ao leitor acompanhar sua requintada reflexão sem dificuldades. Diferentemente do comum, encontrado nos textos de origem acadêmica, a prosa de Martorano atíça e faz crescer a empolgação do leitor pelo tema abordado; feito notável para um trabalho teórico.

No primeiro capítulo, são enfocados Marx, Lênin, Trotsky, Bukharin, Stalin e Mao Tsetung. Ao analisá-los, Martorano não se furta, em nenhum momento, de se posicionar criticamente frente a cada passagem citada, o que possibilitará aos leitores, iniciantes e especialistas, identificar facilmente a questão central do livro e a problemática teórica à qual pertence o autor, despertando, nos últimos, instantaneamente, se filiados a uma das tradições examinadas, paixões violentas.

Resumidamente, qual o “quebra-cabeça”, para usar a sugestiva figura que ilustra a capa de seu livro, montado por Martorano a partir destas 6 peças teóricas? Na obra de Marx foi destacada a complexidade de sua análise na definição de forças produtivas e na medida de sua importância no interior do conceito de relações de produção. Desta complexidade, Martorano faz as deduções possíveis sobre a transição ao socialismo e sobre a maneira que se relacionam infra e superestrutura no conceito de modo de produção.

Em Lênin, Martorano indica uma ambiguidade em sua avaliação das forças produtivas na História, em geral, e no socialismo, em particular. Esta ambiguidade não é positiva, pelo contrário, destaca como a pontual insatisfação política de Lênin diante do poder dos especialistas sobre os operários convive com sua aceitação teórica, vacilante e conjuntural, da ditadura dos diretores. Bukharin é descrito como um autor que defende abertamente o primado das forças produtivas, desenvolvendo e extraíndo consequências originais de sua posição. Stalin é o autor das “teses decorativas”. Aqui e acolá Martorano apresenta uma e outra afirmação que sublinha o papel das relações de produção na definição do socialismo. Todavia, ressalta sempre, tratam-se de afirmações de importância secundária no discurso stalinista, defensor que é do primado das forças produtivas. Este viés do estudo de Martorano revela quanto é extenso e maduro seu conhecimento dos textos abordados, o que lhe permite, num balanço interno dos mesmos, avaliar o que é apenas decorativo daquilo que é realmente válido. Trotsky é descrito como um adepto teórico do primado das forças produtivas. No entanto, com uma importante diferença. Reconhece que as relações de produção não se resumem ao seu caráter jurídico e que, portanto, para que haja socialismo, não basta a estatização da propriedade. Para ele é necessário uma alteração das relações de produção capitalistas, necessidade da qual não retira consequências senão a de que as forças produtivas devem se desenvolver.

Por fim, Mao Tsetung: é a peça chave não apenas deste capítulo, mas de toda a tese de Martorano. É do texto de Mao e de aspectos da Revolução Cultural Chinesa que Martorano extrai a fórmula adotada ao longo de seus próximos capítulos. Através deste filão do marxismo chinês, o

autor indica a existência de um suporte teórico capaz de “colocar a política no posto de comando”, fornecendo uma crítica ao economicismo, uma visão límpida das origens do malogro do socialismo e indicações do que deve ser alterado em profundidade na estrutura do modo de produção capitalista para que uma sociedade socialista mereça assim ser chamada. Martorano termina o capítulo defendendo uma alteração do lugar dos operários na divisão social do trabalho para que haja, de fato, relações socialistas de produção e a consequente definição de um Modo de Produção Socialista. De sua análise realizada no capítulo 1, o que é fundamental para se compreender o sentido da percepção que o Estado terá no socialismo? A tese de que as classes sociais são definidas pelo lugar que ocupam no processo produtivo e que, portanto, estatizada a propriedade, a luta de classes, no socialismo, prossegue até onde estes lugares não forem estruturalmente alterados.

No capítulo 2, Martorano busca em Marx a definição de Estado socialista, extraída da Comuna de Paris. Da interpretação de Marx, sintetiza um modelo que lhe parece atender às necessidades políticas do proletariado em sua luta pela abolição de todas as classes sociais. Neste modelo, destaca a interdição do aparelho de Estado às classes hostis ao proletariado, o critério de representação política na seleção de seus ocupantes e a existência de um regime político pluralista. Martorano faz destas 3 características o seu modelo de Estado socialista e, a partir dele, cria um instrumento de aferição teórica, através do qual os outros autores são examinados. Lênin é apontado, com pequenas oscilações, como um adepto desta concepção, chamada, pelas suas características, de um semi-Estado. Trotsky é igualmente um adepto do Estado da Comuna, todavia, restrito a um instrumento na avaliação do caráter socialista do poder pós-revolucionário, fruto do avanço das forças produtivas. Stalin aparece defendendo a ditadura do proletariado ocasionalmente, em 1926. Com relação ao pluralismo existente na Comuna, descrito por Marx, nenhum bolchevique dele é adepto, todos defendendo o partido único. Deve-se destacar que Martorano não se limita a reproduzir o modelo encontrado em Marx e, valendo-se de outras contribuições, desenvolve originalmente a idéia de um duplo poder na sociedade socialista.

No capítulo 3, dedicado à definição do Estado soviético, mesmo imerso na história da URSS, o autor cumpre com extrema felicidade o propósito anunciado no início de seu livro, mantendo o eixo de sua pesquisa fixado na análise teórica. A metodologia do autor possui um refinamento ímpar, uma vez que Martorano conjuga uma manipulação extensa e profunda dos textos bolcheviques, que tratam diretamente da URSS, sem, no entanto, valer-se de qualquer aspecto histórico parcial para construir suas conclusões. É preciso advertir, portanto, que a síntese abaixo empalidece muito a riqueza de detalhes que Martorano oferece ao leitor, tanto quando extrai dos autores seus conceitos, como quando reproduz alguns traços da realidade soviética. Para Lênin, o poder da burocracia sobre o proletariado na URSS é fruto de três aspectos: a permanência da estrutura do Estado burguês, a presença dos antigos burocratas e a situação econômica herdada da Guerra Civil. Entre estes três, a situação econômica é a mais importante e, logo, para ele, o baixo desenvolvimento das forças produtivas é determinante para a subordinação do proletariado à burocracia. Para Trotsky, o poder da burocracia é fruto do atraso econômico e da fusão do partido bolchevique ao Estado. Para Stalin, a classe operária não está subordinada à burocracia, sendo a burocracia um problema apenas em seus aspectos secundários, ou seja, em seu estilo protelatório e ineficiente. No capítulo 4, Martorano dedica-se integralmente a uma crítica a Stalin, sendo conclusivo: ao negar desaparecimento do Estado no Comunismo e ao afirmar a possibilidade de construção do comunismo num só país, Stalin afasta-se radicalmente da teoria marxista. Além desta crítica, dá início a um programa de prevenção ao domínio da burocracia sobre o proletariado na sociedade pós-revolucionária que se finaliza em sua conclusão.

O pormenorizado trabalho de Martorano, pelas suas qualidades, possibilita ao menos duas inquietações. A crítica feita ao marxismo na atualidade não desconhece a necessidade de se alterar a divisão capitalista do trabalho para se pensar o socialismo, todavia, afirma, para além disto, que a ditadura dos diretores é imprescindível porque se trata da fórmula mais produtiva encontrada pela sociedade. Diante disto, qual a caução teórica oferecida por Martorano para que se afirme a viabilidade do socialismo? A ponderação de que a luta política no interior das relações de produção

paralisa, circunstancialmente, os aparelhos econômicos (p.194). Reconhecido este limite, não faz sentido criticar, como faz Martorano, a opção soviética depois do fim da Guerra Civil (p.49). Afinal, se o caos herdado da Guerra Civil justifica o poder dos diretores, a ameaça de uma guerra externa o justifica igualmente, como o próprio Martorano reconhece, indiretamente, ao concordar que Stalin previu e se preparou corretamente para a II Guerra Mundial (p.206). Considerada a conjuntura internacional, pode-se concluir que, afinal, Stalin colocou a “política no posto de comando”. A segunda questão diz respeito ao pluralismo socialista proposto por Martorano. Este não garante que a censura às idéias capitalistas se torne censura às idéias revisionistas, e, por seqüência, censura e repressão a qualquer tipo de oposição ao Estado, não se escapando do código penal stalinista, temido por Martorano (p.209). A origem do monopólio da burocracia se encontra na censura e repressão sofrida pelos demais partidos socialistas que, devido à idéia de pluralismo singular, foram considerados revisionistas e depois anti-socialistas. Esmagada a possibilidade de livre discussão, esmaga-se, por fim, a oposição interna ao partido único, sendo a fusão entre partido e Estado apenas sua decorrência.